

Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires¹

Exmo. Sr. Deputado José Henrique, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa do qual quero saudar todos os parlamentares presentes neste auditório; Exmas. Sras. Deputada Ana Maria Resende, Vice-Presidente da Comissão de Redação; Deputada Liza Prado, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputada Luzia Ferreira, Vice-Presidente da Comissão de Cultura; Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho; Andrea Abritta Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Carmen Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher e Subsecretária de Projetos Especiais de Promoção Social; e Marlise Matos, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Chefe do Departamento de Ciências Políticas da UFMG; senhoras representantes dos diversos segmentos femininos - conselhos, coordenadorias, OAB, projetos sociais -; caros Deputados; corpo dirigente da Assembleia Legislativa; servidores; participantes deste evento; senhoras e senhores; estando nesta Assembleia Legislativa, sinto-me em casa, pois conservo sólidas amizades que aqui construí, laços de afeto com as gerações de ontem e de hoje e fortes vínculos de identidade que me ligam a esta nobre instituição.

Aqui nos reunimos em torno da cidadania feminina, celebrando conquistas da paridade de gênero e evocando novos avanços. No transcurso do Dia Internacional da Mulher, no último dia 8 de março, uma frase, certamente, circulou por muitas mentes: “Comemorar é preciso, mas há longo e árduo caminho por trilhar.” Frase que faz lembrar um dos pensamentos célebres de Nelson Mandela: “Depois de escalar uma alta colina, tudo que se descobre é que há muitas outras colinas por escalar”.

O gentil convite que as Deputadas desta 17ª Legislatura me transmitiram, para trazer aqui breves reflexões sobre a condição da mulher na política, remeteu-me inicialmente para o próprio curso da civilização, que foi madrastra com a mulher em relação aos espaços de poder.

Eia, senhoras! A história é nossa testemunha. Quantas são as mulheres que podemos apontar como próceres da vida política? Saiam à cata de suas memórias, e as imagens que daí resgatarão não serão as mais alentadoras. Um recuo não rigoroso, mas significativo, leva-nos ao começo dos séculos, fazendo despontar nos anais da história a figura de Cleópatra, imperatriz egípcia que intercepta a República romana, do alto do Farol de Alexandria. Não é ela senão a imagem mais palpável que se tem do engano e do engodo? Ela que enganava César. Das páginas de Shakespeare, de Bernard Shaw e de Sá de Miranda brota uma imagem impregnada do ranço atávico de tratar a mulher como veículo da insídia e do mal. É a mulher o fantasma da perversão?

Um saltar de séculos transporta-nos a nossa era, na Inglaterra da década de 80. Margaret Thatcher, a Dama de Ferro, irá ocupar o número 20 de Downing Street, legando ao mundo uma imagem de aspereza, rispidez e intransigência. Tenho comigo que sua postura buscava apenas e tão somente atender ao conselho aristotélico, que prescreve que a vara, quando torta, endireita-se quando é dobrada antes na direção oposta, que ao centro. A dama precisa ser de ferro? Entendo eu que não. O livrar-se de uma chaga histórica, que projeta sobre a figura feminina, na mais branda das hipóteses, apenas leviandade e inconsistência, é trabalho hercúleo.

De igual monta, a imagem que se conserva de Indira Gandhi, responsável pelo rompimento da ligação frágil e volátil entre hindus e sikhs na Índia. De outro lançamento, em coordenadas absolutamente diversas,

¹ **REFERÊNCIA PARA CITAÇÃO:** PIRES, Maria Coeli Simões. Mulher - violência, saúde, trabalho, educação e poder. Pronunciamento. Diário do Legislativo. 19 mar. 2011, p. 3-5. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2012.

conquanto posta com absoluto rigor sobre a mesma nação, vem à mente a figura, a imagem de Madre Teresa de Calcutá, missionária albanesa que permanecerá incólume nos registros da história e da fé como benfeitora do gênero humano. Será mesmo que a mulher, para ser alçada à posição de destaque, deve manter-se nos limites da benemerência, no refúgio da fé e da castidade?

Mas o convite me fez lançar um olhar retrospectivo sobre a condição da mulher na história política desta nação e pude, igualmente, colher um passado de discriminação, de interditos silenciosos, mas, às vezes também, eloquentes.

Para se ter a dimensão da disparidade de gênero no Brasil basta assinalar que em 511 anos de seu estatuto como país, inicialmente Colônia, depois Império e finalmente República, a mulher brasileira viveu 432 anos, ou seja 85% desse longo período histórico, sem direito ao exercício da cidadania política. Cidadania que somente lhe foi reconhecida, pelo direito ao voto, nas águas da Revolução Constitucionalista de 1932, direito logo proscrito com a emergência do Estado Novo, em 1937.

Por isso mesmo e pelo perfil patriarcal arraigado em séculos de exclusão feminina da vida e do espaço público, convivemos hoje com uma realidade em relação aos direitos da mulher que ainda deixa o Estado brasileiro muito mal perante o mundo.

O relatório do Fórum Econômico Mundial divulgado em 2010, em seu capítulo “Os Índices de Disparidade de Gênero”, coloca nosso país em constrangedor 67º lugar no conjunto das nações. Esse indicador leva em conta vários fatores que condicionam a vida da mulher no Planeta, em lista de qualidade liderada pela Suécia, pela Noruega, pela Finlândia, pela Islândia e pela Alemanha, nessa ordem.

Em posições muito melhores que o Brasil, ainda figuram países como a Colômbia, a Argentina, a Tanzânia, a Jamaica, a África do Sul, a Costa Rica, e assim por diante. O Brasil é muito atrasado na política, em se tratando de espaço para mulheres.

Fator determinante da nota do Brasil nessa classificação internacional é relacionado com a sub-representação da mulher na vida política. Nessa dimensão, a participação política feminina, o Brasil situa-se em lastimável 122º lugar entre 134 países presentes no “ranking” mundial. O Brasil é lanterninha no cenário político internacional. Isso fere de morte a reputação internacional da condição feminina no Brasil.

Neste país, apenas e tão somente 10% de mulheres estão presentes no campo da representação parlamentar federal. Nós, as mulheres, constituímos, no entanto, 51,2% da população nacional e 51,7% do eleitorado brasileiro. Frisemos: 10% de mulheres estão presentes no Parlamento brasileiro.

Só para avaliarmos a defasagem do Brasil em relação à comunidade mundial no tocante à participação feminina na política, basta que citemos alguns índices da presença das mulheres nos Parlamentos de diferentes países. Na Suécia, elas ocupam 47% das cadeiras legislativas; na Islândia, 43%; na Holanda, 41%; na Finlândia, 40%; na vizinha Argentina, pasmem!, 39%; e na Costa Rica, 38%. A estatística da posição política da mulher na ordem mundial destoa, portanto, da realidade brasileira. Tamanha é a disparidade de gênero entre nós no âmbito político, que o Brasil assombra o mundo civilizado.

Pois bem, reflexões mais intimistas me levaram à minha experiência pessoal na relação com a política mineira, especialmente nas décadas de 70 e 80, nos bastidores, quase sempre, e em cenas públicas, em raras oportunidades. Montando o palco, dirigindo a peça ou na cena e na contracena, pus sempre muita atenção ao processo de exercício do poder pela mulher. Nunca busquei um poder pessoal, mas sempre apostei no poder das mulheres.

Como em filme, minha mente resgata quadros de discriminação velada ou explícita. Respeito esta tribuna, por isso aqui não faço outras confissões. O poder das mulheres era quase uma delegação dos homens, que nos permitiam compor a cena pública.

Pois bem, de lá para cá, avançamos, e avançamos até muito, mas até hoje, no Estado e na política, a mulher não tem melhor sorte.

Aliás, em Minas Gerais, a política tem débito maior com a mulher.

Aqui dentre nós, destacamos as Deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, responsáveis por ocupar a proa do Legislativo mineiro. Vejam e vigiem. A serenidade e a brandura dessas mulheres não implicam passividade. Não, três vezes não. Por quê? Porque essas mulheres são exemplo de liderança, determinação e coragem.

Em relação à representação feminina nesta Casa, o índice hoje é de 5,2% do conjunto de 77 parlamentares, já tendo sido superior a 12% em legislaturas passadas. Já no Congresso Nacional, a representação política de Minas se reduz a uma única mulher - Jô Moraes.

Repito: única mulher de Minas no Congresso Nacional. Isso é vergonhoso para um Estado que tem uma tradição de luta e de vencer.

Há, pois, nesse quadro parlamentar, um instigante desafio pela frente na conquista de graus cada vez maiores de equilíbrio.

Somos, em Minas Gerais, 5 Secretárias de Estado no conjunto de 21 titulares. Portanto aproximadamente 25% dos cargos dirigentes do primeiro escalão. É lógico que podem ser contabilizadas mulheres em cargos de Secretárias Adjuntas, mais 3 mulheres; em cargos de Subsecretárias, mais 11 - aliás, duas grandes mulheres aqui presentes -; mulheres em funções estratégicas, de inteligência, inclusive da polícia; e na direção de entidades da administração indireta.

Em nível municipal, com 51 mulheres Prefeitas, o índice corresponde a 6% do total de Prefeituras do Estado - abaixo da média nacional que é de 9,1%. No caso das Vereadoras, contamos com 831 mulheres eleitas, o que corresponde a 10,5% do total de Vereadores. No entanto isso também ainda está abaixo da média nacional, que é de 12%. Ponham tempo e atenção nesses números, porque eles hão de desafiar os senhores, e não me desafiam mais porque a maturidade tem juízo.

Pois bem, curioso é observar que esses números da participação política da mulher não refletem as profundas mudanças de gênero que estão em curso na sociedade brasileira. Para isso basta olhar ao redor.

Não me alongarei mais. Como bem assinalou o Sr. José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e estudioso da questão da mulher, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, “o progresso feminino, na saúde, na educação e no trabalho no Brasil, tem sido inequívoco. Analfabetas no início do século XX, as mulheres fizeram extraordinários avanços na sua escolaridade e, já no início do século XXI, têm, em média, um grau de instrução muito superior ao dos homens”.

Essas mudanças estão visíveis no campo das profissões liberais, em todos os setores do mercado de trabalho, na iniciativa privada, e assim por diante.

Ontem, participei do evento de posse dos membros da diretoria da Associação Comercial, em que foram empossados 110 integrantes, e entre eles - eu contei - havia 20 mulheres empreendedoras, que tomaram posse e faziam parte daquela diretoria.

Essa última dimensão, a do empreendedorismo, puxa, aliás, o índice brasileiro para cima, aproximando-se, nesse particular, dos padrões internacionais: cerca de 21%, para uma média mundial de 24% de mulheres em funções dirigentes. No empreendedorismo não estamos mal, e a economia solidária sabe bem como avançar neste ponto.

Assim, mulheres executivas ou empreendedoras começam a fazer a diferença e a fazer parte do cenário empresarial brasileiro. Mas é na atividade política que o atraso é gritante, mesmo com medidas reparatórias, por exemplo, as de cotas femininas, como dispõe a Lei nº 12.034, de 2009. É na política que se localiza o calcanhar de aquiles - que bem poderia ser o de minerva - da mais grave disparidade de gênero em nosso país. Saibam que a disparidade política é a maior violência contra a mulher.

Mas estatísticas à parte! Paremos de falar em números. Devemos reconhecer que as eleições de 2010 se revelaram as eleições mais femininas de nossa pátria. Sim, senhoras, posso dizer: o Brasil... (- Levanta um livro.) Obrigada. Um beijo a essa grande liderança da economia solidária. Ela sabe que eu também sou solidária com o movimento que eles empreendem.

Então, como estava dizendo, as eleições de 2010 foram efetivamente as eleições mais femininas. Estatísticas à parte, mas vamos nos explicar. Sim, senhoras, o Brasil já dá mostras de romper com os grilhões de um passado de menoscabo. Não é a Presidência, o mais alto cargo dos dignitários da República, ocupada por uma Presidenta? E é assim que ela bem gosta de ser chamada. Não, não apenas aqui, mas também alhures. Não é a Chanceler Ângela Merkel a responsável por ter as rédeas da Alemanha, que, de um modo ou de outro, assume, ao lado da França, a linha de frente da União Europeia? A força do simbolismo das eleições de 2010, num país que somente em 1990 elegeu sua primeira Senadora, a mineira Júnia Marise, e somente em 1994, sua primeira Governadora, poderá – criando vergonha - ter efeitos poderosos sobre a mentalidade brasileira. Assim poderá haver uma maior participação da mulher na política.

Essa sinalização tem correspondência na União, já que o Poder Executivo conta hoje com nove Ministras, de Ana de Hollanda a Tereza Campello. Esse é um quadro bastante significativo, se considerarmos que, em 121 anos de república, o Brasil havia contado com apenas 17 Ministras mulheres em cerca de seiscentos e tantos cargos durante toda a história republicana.

Cabe, portanto, às forças democráticas do País criar efetivas condições para uma disputa eleitoral com maior igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, corrigindo, com acelerada velocidade, nosso déficit de gênero na política, déficit, diga-se, quantitativo.

As restrições à mulher e os efeitos da banalização de seu papel sobre a inserção do segmento no mundo do direito e da política importam visível atraso para a sociedade brasileira. Essa prática discriminatória e desditosa, que não guarda justificativa na razão e na tradição, é, em forte medida, explicada por uma noção estreita e tacanha da maternidade. E eu não poderia deixar de falar da maternidade, pois falar de mulher é sobretudo falar da maternidade, potencial sempre, pois a mulher é sempre mãe das suas causas.

Mulheres! Naturalmente vocacionadas para a maternidade, não o somos por mero capricho divino ou acidente da natureza. Nisso há suprema sabedoria. A devoção e o desprendimento, próprios da maternidade, são também exigências da justiça, que precisa, antes de punir, educar. De igual modo, são exigências da política, que há de contar não com o egoísmo, mas com a disposição para bem servir.

Ao concluir minhas palavras, quero renovar-lhes o convite feito pela jornalista Ana Arruda: os homens também precisam entrar no movimento das mulheres, assim como o Deputado José Henrique, os Deputados que aqui se encontram e os pares de gênero deste Plenário. Precisamos aprender não só a dividir o trabalho, mas a dividir a vida. Tenham os homens a certeza de que a igualdade de gênero lhes proporcionará a oportunidade de conviver com melhores esposas, melhores filhas, melhores amigas e melhores companheiras, e, sobretudo, em uma sociedade melhor, mercê da arquitetura própria da mulher. Porque a disparidade vigente agride e afeta as leis da própria natureza, mãe e mestra de todos nós, homens e mulheres, que a Divina Criação lançou nesta Terra.

É tempo de darmos as mãos. E para darmos as mãos, quero ler fragmentos de um poema, cujo autor é desconhecido, para homenagear as mulheres que aqui se encontram e todas as mulheres mineiras. Lerei rapidamente alguns versos de “M de Mulher”. (-Lê:)

“Meninas, mães, madres, marquesas e ministras. Madalenas ou marias. Elas são manhãs e madrugadas. Mártires e massacradas. E são marinheiras e magníficas. Multiplicam memórias e milhares de momentos. Marcam suas mudanças. Momentâneas ou milenares, mudas ou murmurantes, maiores, menores, madrastas. São músicas, misturas, mármore e minério. São lágrimas e sorrisos. Merecem mundos e não migalhas. Merecem medalhas. São monumentos em movimento, esses milhões de mulheres maiúsculas”.

São milhões de mulheres maiúsculas aqui representadas por essas mulheres que nos prestigiam nesta tarde. Obrigada.